



## **Intervenção do Secretário Executivo da CPLP**

**Eng.º Domingos Simões Pereira**

(Apenas faz fé a versão efectivamente proferida)

### **Homenagem aos Heróis Nacionais da Guiné-Bissau e Cabo Verde e a influência do Pensamento de Amílcar Lopes Cabral nos dois países**

É com enorme prazer que tomo parte em mais este acto comemorativo do 20 de Janeiro – dia dos Heróis da Luta para a independência dos povos da Guiné e de Cabo Verde. Os meus cumprimentos ao Núcleo de Estudantes Africanos da Faculdade de Direito e à Associação dos Estudantes da Guiné-Bissau; parabéns pela iniciativa e muito obrigado pelo convite. Saúdo também o Senhor Embaixador da Guiné-Bissau em Portugal, meu caro amigo Dr. Fali Embalo e seja-me permitido através dele, cumprimentar todas as autoridades aqui presentes.

Digníssimos conferencistas, caros colegas

Em mais um 20 de Janeiro, desta feita, 38 anos após o assassinato de Amílcar Lopes Cabral, o tema escolhido para esta conferência me parece importante e da maior pertinência. Na verdade, toda a homenagem que se pode render a essas mulheres e aos homens da liberdade e independência me parecem justas e merecidas, aliás, têm

pecado pela escassez e por limitados na profundidade da análise que têm merecido. Compreendo ser esse o propósito da segunda parte do tema e, não sendo um especialista dessas questões, não trago nenhum dado (ou pelo menos nenhum dado novo) sobre a influência do pensamento de Amílcar Cabral no percurso que os dois países estão realizando. Trago sim conjecturas e asserções, que espero, contribuam para alargar o âmbito das nossas análises, uma melhor compreensão da nossa realidade e que possam servir ao esforço necessário de reposição do respeito e da dignidade dos guineenses. São estes aliás (o respeito e a dignidade) os dois ingredientes que me parecem mais em falta para que o país possa retomar a senda do desenvolvimento, há muito estagnada, e para muitos mesmo, abandonada.

Começo no entanto por lamentar que hoje e cada vez mais, falar de Amílcar Cabral, seja quase exclusivamente para evocar a importância do seu pensamento nos dois países da sua pertença biológica. Cabral tem de ser lembrado como um cidadão do mundo, “um africano que dedicou toda a sua capacidade e competência à causa do homem, à sua liberdade e à sua afirmação plena”. Regozijamo-nos com a notícia de que a Universidade de Estocolmo prepara a reedição dos fascículos e que Universidade da Califórnia em Santa Bárbara pretenda lançar programas de mestrado sobre as suas teses políticas e sociais, mas temos de desejar que mereça mais atenção junto de nós, nos demais países de língua portuguesa, e diria mesmo, sobretudo em Portugal, país em que interagiu mais intensamente com intelectuais e resistentes políticos da sua época.

Mas, voltando ao que me é pedido, reporto-me à comunicação apresentada por mim mesmo a exactamente um ano, na Fundação Mário Soares. Nessa ocasião afirmava ser...

*incontornável reconhecer que a concepção societária formulada por Cabral encontra hoje uma ilustração mais digna e mais justa em Cabo Verde. É pois lugar-comum expressar hoje admiração pelo que Cabo Verde tem conseguido erguer como nação e o estado de desenvolvimento já alcançado. Esta constatação que a todos orgulha e mesmo exalta, acontece infelizmente em contraponto com um sentimento de frustração perante o grotesco atraso da Guiné – já reputado de Estado de violência, de Narco Estado ou até simplesmente de Estado falhado.*

Noutra ocasião, escrevi que «em qualquer fase da sua existência, seria sempre missão espinhosa, caracterizar a Guiné-Bissau e tentar prognosticar o seu futuro. Assumia por isso o desafio, consciente da relatividade de qualquer análise, certo de não dominar todos os elementos em movimento mas sobretudo convencido de se tratar de um momento especial, merecedor de um sinal da “nossa” contínua esperança.

*Dizia eu que, ainda titubeante, a Guiné viu-se envolto em profundos sobressaltos. Turbulência que ainda hoje, já com trinta e sete anos de existência, não permite disfarçar um sentimento de pesar e abatimento que caiu sobre a terra e os seus filhos. Uma terra fértil, de vegetação estonteante, praias e fauna paradisíacas, de um mosaico riquíssimo de culturas e tradições e de gente amiga, simples e pacífica que se transformou num lugar inóspito: golpes de estado, execuções sumárias, quedas sucessivas de governos “democraticamente eleitos”, tráfico de*

*droga, violência gratuita. Concluía já termos chamado a isso um momento político negativo, um ciclo vicioso, uma desorientação ideológica grave, uma perturbação da consciência nacional, e mesmo assim nunca ficamos convencidos de ter encontrado o diagnóstico certo do mal que se abateu sobre a Guiné e os seus». Mas, era a mesma história.*

E hoje, me aprontava a contar-vos esta mesma história. Não por falta de tempo para preparar algo diferente (a desculpa mais tolerável para os nossos incumprimentos) mas simplesmente por ser a história que hoje todos contamos da Guiné – aquela que já acreditamos ser a história da Guiné. Tive no entanto o privilégio conhecer Chimamanda Adichie (Obrigado à Fátima Proença) e a sua história sobre o perigo da história única.

Prometo não me desviar definitivamente da história que venho aqui contar, mas tenho de recomendar a atenção que esta nigeriana de somente 32 anos nos chama em não ceder à história singular dos povos. Diz Adichie que *ao mostrar um povo como uma coisa, como uma única coisa, vezes sem conta, ele se torna nessa coisa. Criam-se estereótipos que sem serem histórias falsas são incompletas, e fazem uma história tornar-se na única história. Enquanto os povos com poder económico e cultural têm sempre muitas histórias, nós nos confrontamos sempre com as fontes habituais de irritação pela infra-estrutura falhada e pelo governo fracassado ao ponto de nos esquecermos da incrível resistência de pessoas que florescem nessas realidades apesar do governo, em vez de ser, devido ao governo. A consequência da história única, prossegue Adichie é que, rouba às pessoas a sua dignidade - as*

*histórias podem portanto quebrar a dignidade de um povo quando usadas a despropósito e de forma maligna.*

Precisamos por isso, apesar de tudo e decorridos estes anos, contar outras histórias da Guiné, histórias que nos formam e que vão dentro de nós; sem a colorir, mas também sem a distorcer, e sobretudo sem complexos e estereótipos: a história da nossa biodiversidade e tradição ancestral que permite que 15 % de todo o território seja já declarado e reconhecido como reserva da biosfera (único em África); história da excelente prestação da faculdade de direito de Bissau; ou ainda da Formação médica e das centenas de médicos Guineenses que vão fazendo o seu trabalho com reconhecido profissionalismo em Portugal ou em Cabo Verde e ainda noutras paragens; ou ainda o facto de Bissau continuar a ser das cidades mais tranquilas e pacíficas dos países da nossa CPLP (Vêm – temos até receio de evocar isso, mas é o que vai dentro de nós, e é real).

Num recente trabalho intitulado “as questões e os desafios que a Guiné enfrenta”, eu próprio *afirmava legítimo questionar se a Guiné-Bissau teria condições de se regenerar e se colocar na senda do desenvolvimento, tendo em conta as vicissitudes várias por que tem passado, o processo de formação do Estado, com particular atenção à evolução política e, os indicadores sociais que na actualidade caracterizam o nível médio de vida das populações. Reconhecia então a importância da contextualização global e regional para que as políticas e estratégias a delinear e implementar sejam ajustadas ao evoluir da conjuntura. Em termos concretos, que o país tem de se alinhar às normas e práticas universalmente reconhecidas como de boa governação, adaptando e implementando as medidas indicadas para fazer face à*

*situação de crise que o mundo enfrenta. A nível interno, é incontornável a necessidade de assegurar um clima de estabilidade e paz sem o qual, obviamente o desenvolvimento continuará a ser uma grande miragem. E para que este empreendimento seja de sucesso, ter em devida conta a estrutura societária dos povos que habitam esse território de forma a respeitar e valorizar a sua pluralidade étnica e linguística para além dos seus traços culturais e assim mobilizar todos para um objectivo nacional, consensual, de desenvolvimento.*

Ora a mim me parece que estas indicações já constavam da teoria política desenvolvida por Amílcar Cabral. Mas será que as temos compreendido devidamente?, não as teremos tratado por dogmas, com o risco de se transformarem em histórias únicas...?

Vejamos que, Amílcar Cabral, no início da sua actividade profissional sentiu a necessidade de estudar a nossa história e compreender a estratificação étnico social dos povos que habitam o actual território do Estado da Guiné-bissau. Falou em mais de 20, com línguas e tradições próprias e, concebeu das poucas padronizações feitas até hoje, ao reconhecer nas do litoral a ausência de classes, a que designou de sociedades horizontais (animistas), enquanto que as do interior, com uma estratificação social avançada e muito mais desenvolvida politicamente, a que designou de sociedades verticais (maioritariamente de orientação islâmica). Mas a informação sobre o processo de instalação destes grupos sobretudo antes da chegada dos portugueses continua muito escassa – René Pelissier – “A História da Guiné” actualiza o pouco que ainda sabemos desses movimentos.

E temos de ter consciência de estarmos a evocar épocas muito recentes pois apesar do ano de 1433 se registar como a data em que Gil Eanes dobra o Cabo Bojador, o mesmo registo também nos diz que, só treze anos decorridos (1446-1447), Nuno Tristão chega à costa da Guiné;”<sup>1</sup> que só em 1653, a ocupação da Guiné começa a despertar a atenção do Governo Português, sendo nessa altura que o Conselho de Estado decide que o Governador de Cabo-Verde, durante o triénio da sua comissão, visitasse duas vezes a praça de Cacheu.

Temos ainda de adicionar que até 1838 a Inglaterra disputava a pertença de Bolama e de todo o arquipélago dos Bijagós e que só em 1886 (portanto já depois da conferência de Berlin) Casamansa passa a colónia francesa por troca do reconhecimento das possessões portuguesas de Angola e Moçambique (mapa cor de rosa) e a cedência de Cacheu a Portugal.

Parece-me fundamental a necessidade de conhecermos melhor essas origens; as nossas origens e o mecanismo que reuniu e estabeleceu a actual relação entre as nossas estruturas sociais e assim não termos medo nem receio quanto menos complexo das nossas diferenças.

*Cabral referiu-se à cultura (um grave problema actual) como a afirmação da nossa identidade, mas negou ser o somatório das nossas tradições e costumes numa perspectiva parada. Falou sim da necessidade de, adaptando sempre à nossa realidade, à realidade que vivemos, incorporar os avanços da Ciência e da técnica.*

*Cabral falou da necessidade de uma transformação radical do sistema educacional herdado do colonizador, o que exige um esforço*

---

<sup>1</sup> Coronel Leite de Magalhães, A Guiné através da História..., Cadernos Coloniais, pag.3

*interestrutural, quer dizer, um trabalho de transformação ao nível da infraestrutura e uma ação simultânea ao nível da ideologia.*

Referindo-se ao papel da pequena burguesia no quadro geral da luta, afirmou Amílcar Cabral: *“Para não trair os objetivos a pequena burguesia não tem mais que um caminho: reforçar sua consciência revolucionária, repudiar as tentativas de aburguesamento e as solicitações naturais de sua mentalidade de classe, identificar-se com as classes trabalhadoras, não se opor ao desenvolvimento normal do processo da revolução”.*

*Isto significa que, para cumprir perfeitamente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de se suicidar como classe para ressuscitar como trabalhadora revolucionária, inteiramente identificada com as aspirações mais profundas do povo a que pertence.*

Ora, dispensando uma avaliação ponderativa dos factores, causas, e as reflexões que se vão multiplicando sobre como romper o ciclo e relançar o país na senda do desenvolvimento, uma observação se impõe - descobrir, quanto do sucesso ou naufrágio actuais não terá a ver com o posicionamento dos respectivos regimes ou processos, face às formulações teóricas que sustentaram a luta e forjaram a própria nação. Enquanto um se orgulha de criar instituições que mantêm vivos os ensinamentos de Amílcar Cabral com manifestações de alcance e dimensão universais e a participação das mais altas individualidades do mundo social e político; eventos visando a actualização e constância do pensamento de Amílcar Cabral, em que os próprios governantes assumem o estatuto de seguidores de Cabral e fazem disso a sua linha

mestra de conduta; outros estiveram ou pelo menos pareceram mais empenhados em condenar Cabral ao esquecimento como se disso dependesse a sua sobrevivência política.

Aqui, volto a referir-me Chimamanda Adichie para recordar que as histórias também podem ser usadas para potenciar e para humanizar e assim reparar essa dignidade quebrada: quando rejeitarmos a história única, quando nos apercebermos que nunca há uma história única sobre nenhum lugar, sobre nenhum povo, reconquistamos uma espécie de paraíso.”

Reconheço finalmente que já não vou a tempo de ainda hoje vos contar uma história diferente, pois as que conheço, tê-las-ei lido sempre no mesmo enviesamento, na mesma orientação e portanto acho-as agora todas muito incompletas. Prometo por isso, nesta ocasião voltar a ler Cabral (o que também recomendo a todos) e, antes que se consolidem as teses que por força das histórias únicas, já apontam a Guiné como impassível da implantação democrática, na próxima ocasião trazer uma nova história – que não prometo seja melhor, mas será diferente. Falaremos da Guiné com mais de uma história.

Aos meus conterrâneos guineenses volto a dizer o que todos por esta altura já sabem. Este é um período bastante complicado das nossas existências – vivemo-la com intensidade variada mas todos levamos connosco cicatrizes bem profundas e bem visíveis. Apesar disso e talvez por isso mesmo, não podemos nem devemos ter vergonha de o sermos – guineenses. Toda a nossa frustração, todo o nosso desalento, toda a nossa angústia deve motivar-nos a um maior empenho e na procura da excelência e assim poderemos dar uma chance ao país, afinal

uma chance a nós mesmos. Já demos prova de sermos capazes de grandes feitos antes da desgraça. O Retomar da caminhada em grande medida depende exclusivamente de nós mesmos.

Como dizia Carlos Moita, com Amílcar Cabral, « ficamos sem saber o que mais admirar: se a dignidade do homem, se a profundidade do pensador, se a coragem do militante, se a firmeza do político. Todavia, mais importante do que lembrar ou homenagear os mortos temos que manifestar solidariedade com os vivos.» Solidariedade connosco mesmos.

Muito Obrigado.